

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 PETIÇÃO INICIAL – Treinamento	39
1. Cabeçalho da peça inicial	39
1. Introdução	39
1.1. Mudança com a reforma trabalhista do ano de 2017	40
2. Estruturação da petição inicial	43
3. Endereçamento	44
3.1. Competência territorial	44
3.1.1. Regra	44
3.1.2. Prestação de serviços em diversos locais	45
3.1.3. Domicílio do autor como elemento definidor de competência	46
3.1.4. Foro do domicílio do autor da ação quando este tiver menos de 18 anos de idade, em caso de falecimento do empregado	48
3.1.5. Cláusula de eleição de foro	49
3.1.6. Exceção de incompetência relativa em razão do lugar	50
3.1.6.1. Prazo	50
3.1.6.2. Suspensão do processo	50
3.1.6.3. Manifestação da parte contrária	50
3.1.6.4. Produção de provas	50
3.1.6.5. Decisão da exceção	50
2. Benefício da justiça gratuita	51
1. Introdução	51
2. Quem tem direito à justiça gratuita?	51
2.1. Empregado que recebe salário inferior ou igual 40% do limite máximo do RGPS	52
2.2. Empregado que recebe salário superior a 40% do limite máximo do RGPS	53
3. Empregador solicitando o benefício da justiça gratuita	56
4. Qual é o momento em que deverá ser formulado o pedido de justiça gratuita?	57
5. O juiz poderá conceder de ofício o benefício da assistência judiciária gratuita?	57

6.	Justiça gratuita x honorários de sucumbência	58
6.1.	Impossibilidade de utilização de créditos trabalhistas obtidos no processo para pagamento dos honorários sucumbenciais	59
7.	Justiça gratuita x multas processuais x litigância de má-fé	61
3.	Requerimentos preliminares	65
3.1.	Distribuição por dependência – prevenção	65
1.	Introdução	65
2.	Interrupção da prescrição	67
4.	Aspectos materiais e processuais.....	68
4.1.	Responsabilidade da litisconsorte – terceirização lícita	68
1.	Introdução – Lei 6.019/74	68
1.1.	Não aplicação da Lei 6.019/74	69
2.	Trabalho temporário – Lei 6.019/74	70
2.1.	Permissão para contratação de trabalhador temporário no âmbito rural	71
2.2.	Greve e contratação de empregados por meio da Lei 6.019/74.....	71
2.3.	Exigência de registro no Ministério do Trabalho e Emprego	72
2.4.	Requisitos do contrato cível entre a empresa de trabalho temporário e a tomadora de serviços.....	72
2.5.	Ausência de vínculo com a tomadora de serviços	73
2.6.	Proibição de firmar contrato de experiência.....	73
2.7.	Novo contrato temporário entre o empregado e o mesmo tomador/contratante	74
2.8.	Responsabilidade do contratante/tomador dos serviços.....	74
2.9.	Responsabilidade do contratante/tomador dos serviços na terceirização ilícita	76
2.10.	Contrato de trabalho do empregado com a empresa de trabalho temporário	77
3.	Terceirização em geral (novidade com a Lei 13.429/2017).....	78
3.1.	Possibilidade de quarteirização	79
3.2.	Ausência de vínculo com a tomadora de serviços	79
3.3.	Requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços.....	79
3.4.	Empresa contratante/Tomadora dos serviços	80
3.5.	Local da prestação de serviços	81
3.6.	Responsabilidade pelas condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores terceirizados	81
3.7.	Responsabilidade da tomadora dos serviços/contratante	82
4.	Responsabilidade da Administração Pública na terceirização lícita	82
4.1.	Ônus da Prova da culpa da Administração Pública	84
4.2.	Isonomia salarial.....	86
5.	Responsabilidade do dono da obra	86
4.2.	Reconhecimento do vínculo de emprego	87
1.	Introdução	87

2. Artigos sobre vínculo de emprego	88
3. Requisitos para configurar o vínculo de emprego	88
3.1. Pessoa física	88
3.2. Pessoalidade	90
3.3. Não eventualidade	90
3.4. Onerosidade	92
3.5. Subordinação	95
3.5.1. Subordinação estrutural.....	95
3.5.1.1. Teletrabalho.....	96
4. Obrigação de anotar a CTPS.....	97
4.1. Presunção de veracidade das informações na CTPS	101
4.2. Prazo para anotar a CTPS	102
4.3. Dano moral pela anotação desabonadora na CTPS do empregado	104
4.4. Ausência de registro do empregado – penalidade administrativa.....	110
4.4.1. Princípio da dupla visita	111
5. Vínculo de emprego e ônus da prova.....	112
5.1. Defesa de mérito direta.....	112
5.2. Defesa de mérito indireta	112
5.3. Situações hipotéticas	113
6. Não gera vínculo de emprego	116
6.1. Diarista	116
6.2. Cabeleireiro x Salão de beleza.....	116
6.2.1. Contratos de parceria nos termos da Lei 12.592/2012.....	116
6.2.2. Aluguel de cadeira e contrato de parceria	117
6.3. Trabalho eventual	119
6.4. Relação de trabalho voluntário	119
6.5. Cooperados com a cooperativa e tomadores dos serviços.....	120
6.5.1. Cooperativa de Trabalho	122
6.6. Residência médica	123
6.7. Trabalho em campanhas eleitorais	123
6.7.1. Atividades de direção nos órgãos partidários	123
6.8. Trabalhador autônomo	124
6.8.1. Trabalhador autônomo – Motorista cadastrado em plataforma digital	126
6.9. Estágio	135
6.9.1. Conceito	135
6.9.2. Finalidade do estágio.....	135
6.9.3. Ausência de vínculo de emprego	135
6.9.4. Possibilidade de configurar vínculo de emprego.....	135
6.9.5. Jornada de atividade	136

6.9.6. Pagamento do estágio.....	136
6.9.7. Recesso	136
6.9.8. Duração do estágio	136
6.10. Transportador Autônomo de Cargas – TAC.....	137
4.3. Saldo de salário	138
1. Introdução	138
4.4. Aviso prévio indenizado.....	138
1. Cabimento do aviso prévio	139
2. Prazo do aviso prévio.....	140
3. Contagem do aviso prévio.....	143
4. Se o empregado foi demitido sem justa causa em 15.09.2011 e trabalhou 2 anos e 1 mês, ele tem direito a 36 dias de aviso prévio?.....	143
5. O aviso proporcional é aplicado quando o empregado pede demissão?	143
5.1. Aviso prévio trabalhado na dispensa sem justa causa	144
6. Jornada de trabalho de quem está cumprindo aviso prévio trabalhado	145
7. Como é que se calcula o aviso prévio	146
8. Justa causa x aviso prévio	147
9. Aviso prévio x estabilidade no emprego.....	148
10. Negociação coletiva x aviso prévio.....	149
4.5. Décimo terceiro salário proporcional (10/12)	149
1. Introdução	150
2. Data de pagamento	150
3. Pagamento do 13º salário	150
4. Adiantamento	150
5. Quando é devido o 13º salário?	151
6. Negociação coletiva x 13º salário	152
4.6. Férias vencidas em dobro acrescidas de 1/3.....	153
4.7. Férias vencidas simples acrescidas de 1/3.....	153
4.8. Férias proporcionais acrescidas de 1/3	153
1. Introdução	153
2. Duração das férias	154
3. Não será considerada falta ao serviço.....	155
4. Não terá direito a férias	156
5. Aquisição do direito.....	159
5.1. Serviço militar obrigatório.....	159
6. Concessão, gozo e fracionamento das férias.....	159
7. Pagamento das férias.....	161
8. Não concessão de férias no período concessivo – pagamento em dobro.....	161

8.1. Pagamento das férias fora do prazo legal	162
8.2. Empregador que convoca o empregado de férias para trabalhar – Dobra das férias devida	162
9. Cessação do contrato de trabalho	163
10. Abono de férias.....	164
10.1. Imposição do abono pecuniário de férias pelo empregador.....	165
11. Culpa recíproca para o fim do contrato	167
12. Férias x Negociação coletiva	167
13. Férias coletivas.....	168
4.9. Horas extras	168
1. Introdução	169
2. Tempo à disposição do empregador	169
3. Horas de sobreaviso prontidão reserva	170
3.1. Sobreaviso.....	170
3.2. Prontidão	171
3.3. Reserva.....	171
3.4. Tempo de espera do motorista.....	171
3.5. Horas <i>in itinere</i>	172
3.6. Acidente do trabalho no percurso – Casa/ Trabalho – Trabalho / Casa	173
3.6.1. Acidente de trajeto do empregado que possui dois empregos	174
3.6.2. Desvio da rota casa / trabalho	174
3.6.3. Ônus da prova na alegação do desvio de rota	176
3.6.4. Consequências para o empregador em decorrência do acidente de trajeto.....	176
3.6.4.1. Abertura da CAT	176
3.6.4.2. Não pode demitir sem justa causa em razão da estabilidade acidentária...	177
3.6.4.2.1. Pressupostos da estabilidade acidentária.....	177
3.6.5. Validade do pedido de demissão	177
3.6.6. Dispensa por justa causa	179
3.6.7. Obrigação de recolher o FGTS 8%	180
3.6.8. Responsabilidade Civil.....	182
3.6.8.1. Acidente de trajeto em veículo próprio.....	182
3.6.8.1.1. Exceção – Responsabilidade do empregador	182
3.6.8.2. Acidente de trajeto em veículo fornecido pelo empregador.....	185
3.6.8.3. Acidente de trajeto nos casos de cortesia (carona).....	188
4. Quantidade de horas normais trabalhadas por dia e por semana	189
4.1. Turno ininterrupto de revezamento.....	191
4.2. Jornada de trabalho do bancário	193
4.3. Trabalho em regime de tempo parcial	194
5. Quantidade de horas extras permitidas por dia.....	195
5.1. Jornada 12 x 36	196
5.2. Horas extras em área insalubre	200

6.	Pagamento das horas extras	200
6.1.	Pagamento em dinheiro.....	200
6.2.	Base de cálculo das horas extras	201
6.3.	Reflexos das horas extras	202
6.4.	Pagamento com folgas compensatórias.....	203
7.	Pré-contratação de horas extras	205
8.	Supressão das horas extras	207
9.	Cartão de ponto.....	207
9.1.	Faculdade de pré-anotação dos períodos de repouso / intervalo	209
9.2.	Consequências da não exibição em juízo do cartão de ponto	211
9.3.	Cartão de ponto uniforme Britânico	211
9.4.	Cartão de ponto por exceção	211
9.5.	Exibição parcial em juízo do cartão de ponto	212
9.6.	Variações de horários no registro de ponto	213
9.7.	Validade dos cartões de ponto sem assinatura	214
9.8.	Quem não precisa do controle de ponto	215
9.8.1.	Empregados enquadrados no art. 62 da CLT	215
9.8.1.1.	Trabalhador que exerce atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho	215
9.8.1.2.	Função de confiança	217
9.8.1.2.1.	Cargo de confiança – gerente de agência x gerente geral de agência.....	220
9.8.1.3.	Teletrabalho.....	221
9.8.1.4.	Estabelecimentos que possuam até 20 empregados.....	222
4.10.	Trabalho aos domingos	223
1.	Introdução	223
2.	Trabalho aos domingos	224
2.1.	Trabalho aos domingos pela mulher.....	224
3.	Feriados	228
4.11.	Adicional noturno	229
1.	Hora noturna – empregado urbano.....	229
2.	Hora noturna – empregado doméstico	230
3.	Hora noturna diferenciada.....	231
3.1.	Hora noturna – bancários	231
3.2.	Hora noturna – rural	231
3.3.	Hora noturna – petroleiros	231
3.4.	Hora noturna – advogados.....	232
4.	Reflexos das horas noturnas	232
4.12.	Horas intrajornadas.....	233
1.	Introdução	233

2. Pré-assinalação do intervalo intrajornada no cartão de ponto	233
3. Intervalo no início da jornada – impossibilidade	234
4. Intervalo concedido no fim da jornada – impossibilidade	235
5. Redução do intervalo para refeição	235
5.1. Redução	235
5.1.1. Com autorização do Ministério do Trabalho e Emprego	235
5.1.2. Com autorização por meio de acordo ou convenção coletiva	236
5.2. Fracionamento do intervalo para refeição	236
6. Intervalos não computados na jornada de trabalho	236
6.1. Exceção	236
7. Intervalo não concedido	237
8. Intervalos diferenciados	239
9. Intervalos não previstos em lei	240
4.13. Horas interjornadas.....	240
1. Introdução	240
4.14. FGTS 8% depositado pelo empregador	241
1. Introdução	242
2. Alíquotas e pagamento	242
2.1. Recolhimento do FGTS na conta do empregado – integração ao salário	243
3. Não incide o FGTS sobre férias indenizadas	244
4. Afastamento do empregado do emprego – suspensão contratual	244
5. Atualização do FGTS	246
6. FGTS do doméstico	246
7. Ônus da prova dos depósitos do FGTS	247
8. Saque do FGTS pelo empregado	247
9. Outros artigos da Lei 8.036/90	249
9.1. Penhora do FGTS	249
9.2. Transação da estabilidade decenal para o FGTS	252
9.3. Multa prevista no art. 22 da Lei nº 8.036/90	252
10. Prescrição do FGTS	254
11. Negociação coletiva X FGTS.....	254
4.15. Auxílio-alimentação	254
1. Remuneração do empregado	254
1.1. Gorjetas.....	255
1.1.1. Não servem de base de cálculo.....	255
1.1.2. Servem de base de cálculo	255
1.1.3. Verbas equiparadas	256
1.1.3.1. Direito de arena	256
1.1.3.2. Gueltas	257

1.2. Salário.....	258
1.2.1. Prazo para pagamento do salário.....	258
1.2.1.1. Negociação por meio de norma coletiva.....	258
1.2.1.2. Sábado dia útil para pagamento de salário	258
1.2.1.3. Data de pagamento do salário do empregado doméstico.....	259
1.2.2. Salário <i>in natura</i>	260
1.2.2.1. Requisitos para caracterização do salário <i>in natura</i>	260
1.2.2.2. Comprovante de pagamento do salário.....	261
1.2.2.2.1. Recibo.....	261
1.2.2.2.2. Recibo sem assinatura	262
1.2.2.2.3. Pagamento em cheque	263
1.2.2.2.4. Ônus da prova do pagamento extrafolha “por fora”	263
1.2.2.2.5. Não será salário <i>in natura</i> pelo art. 458, § 2º da CLT	264
1.2.2.3. Valor da utilidade	264
1.2.3. Espécies de salário	265
1.2.3.1. Salário mínimo	265
1.2.3.2. Salário profissional	266
1.2.3.3. Piso salarial	266
1.2.3.4. Salário normativo.....	266
1.2.3.5. Comissões e percentagens	266
1.2.3.5.1. Época de pagamento das comissões.....	267
1.2.3.5.1.1. Fato gerador	267
1.2.3.5.1.2. Data de pagamento	268
1.2.3.5.1.3. Estorno das comissões.....	269
1.2.3.5.1.4. Cláusula <i>star del credere</i>	270
1.2.3.5.2. Horas extras do comissionista.....	271
1.2.3.6. Salário complessivo	274
1.2.3.7. Salário-substituição.....	276
1.2.4. Parcelas salariais.....	281
1.2.4.1. Gratificações legais e de função.....	281
1.2.4.2. Quebra de caixa	282
1.2.4.3. Reflexo nas verbas trabalhistas	282
1.2.5. Parcelas não salariais	283
1.2.5.1. Salário-família.....	283
1.2.5.2. Abono do PIS	284
1.2.5.3. Ajuda de custo	285
1.2.5.4. Diárias para viagem	286
1.2.5.5. Participação nos lucros.....	286
1.2.5.6. Alimentação do trabalhador.....	287
1.2.5.7. Vale-transporte	288
1.2.5.7.1. Quem utiliza veículo próprio deve receber vale-transporte?.....	290
1.2.5.8. Direito de imagem	291
1.2.5.9. <i>Stock options</i>	296

1.2.5.10. Prêmios.....	297
1.2.5.11. Abonos.....	298
1.2.5.12. Fornecimento/manutenção de equipamentos e reembolso de despesas ...	298
1.2.6. Pagamento do salário em moeda nacional	298
1.2.7. Proibição do <i>truck system</i>	299
4.16. Multa de 40% sobre o FGTS.....	299
1. Introdução	300
2. Multa de 20% do FGTS	300
2.1. Nos casos de culpa recíproca ou força maior.....	300
2.2. Nos casos de distrato.....	301
3. Aposentadoria espontânea e multa do FGTS	301
4. Multa do FGTS do doméstico	301
5. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: pagamento tardio da multa de 40% do FGTS	302
6. Negociação coletiva x multa do FGTS.....	303
4.17. Seguro-desemprego	303
1. Introdução	303
2. Requisitos para receber o seguro-desemprego	304
3. Número de parcelas	304
4. Indenização equivalente paga pelo empregador	305
5. Negociação coletiva x seguro-desemprego	306
4.18. Multa do § 8º do art. 477 da CLT	306
1. Introdução	306
2. Valor da multa	309
3. Indenização por danos morais – ausência ou atraso na quitação das verbas rescisórias	310
4. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: pessoa jurídica de direito público	313
5. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: reversão da justa causa em juízo	313
6. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: reconhecimento judicial de vínculo de emprego	315
7. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: pagamento tardio da multa de 40% do FGTS	316
8. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: parcelamento de verbas rescisórias.....	317
9. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: rescisão indireta.....	323
10. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: atraso na homologação – pagamento no prazo legal....	325
11. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: diferenças rescisórias reconhecidas em juízo	331
12. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: falência da empresa antes da demissão do empregado.	335
12.1. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: falência da empresa depois da demissão do empregado	335
12.2. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: falência da empresa depois da demissão do empregado – efeito retroativo da decisão judicial que decretou a falência	336
13. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: empresa em recuperação judicial.....	337
14. Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: complemento do pagamento de verbas rescisórias fora do prazo legal.....	338

15. Multa. Art. 477 da CLT – não aplicação: morte do empregado	341
16. Base de cálculo da multa	343
4.19. Restabelecimento do plano de saúde.....	343
1. Introdução	344
2. Manutenção de plano de saúde no afastamento pelo INSS	345
3. Direito de manter o plano de saúde caso seja demitido sem justa causa.....	347
4. Indenização por danos morais pelo cancelamento do plano de saúde	349
5. Manutenção do plano de saúde após a demissão.....	350
5.1. Contribuição	351
5.2. Coparticipação	351
5.3. Requisitos para manutenção do plano de saúde.....	352
5.4. Prazo	352
5.4.1. Prazo mínimo para o empregado continuar com o plano de saúde	352
5.4.2. Prazo máximo para o empregado demitido imotivadamente continuar com o plano de saúde.....	352
5.4.3. Prazo máximo para o empregado aposentado que contribuiu com 10 ou mais anos para o plano de saúde.....	352
5.4.4. Prazo máximo para o empregado aposentado que contribuiu com menos de 10 anos para o plano de saúde.....	353
5.4.5. Perde as condições do plano o empregado que conseguir novo emprego	353
5.4.6. Dever de ser informado sobre o direito de optar pelo plano de saúde.....	353
4.20. Devolução de descontos indevidos – contribuições sociais.....	353
1. Introdução.....	354
2. Contribuição sindical	354
2.1. Sujeitos passivos da contribuição	354
2.2. Valor da contribuição pelos empregados	354
2.3. Notificação pessoal do sujeito passivo	355
3. Contribuição confederativa	357
4. Contribuição assistencial.....	357
4.21. Devolução de descontos indevidos.....	358
1. Introdução	358
2. Descontos permitidos.....	358
2.1. Desconto de INSS – Cota-parte do empregado	359
2.2. Desconto de IRRF – Cota-parte do empregado	359
2.3. Desconto referente ao empréstimo consignado	360
2.3.1. Danos Morais	361
2.3.1.1. Danos morais pelo desconto da totalidade do saldo devedor na rescisão contratual	362
2.3.1.2. Danos morais pelo desconto do valor do empréstimo e não repasse para a instituição financeira.....	363

2.4. Desconto referente ao custeio do vale-transporte.....	363
2.4.1. Desconto no salário do empregado – Alíquota de 6% – Fornecimento de transporte pelo empregador – veículo próprio ou de terceiros.....	364
2.5. Desconto referente ao custeio da alimentação	365
2.6. Desconto no salário por ato culposo do empregado	365
2.7. Desconto no salário por ato doloso do empregado	366
2.8. Desconto do valor de bens ou serviços colocados à disposição do empregado pelo próprio empregador	366
3. Valor do desconto no salário	367
4. Descontos não permitidos	367
4.1. Descontos por penalidade de multa.....	367
4.2. Contribuição sindical, confederativa, assistencial e outras.....	368
4.2.1. Contribuição Sindical.....	368
4.2.1.1. Sujeitos passivos da contribuição	368
4.2.1.2. Valor da contribuição pelos empregados	369
4.2.1.3. Notificação pessoal do sujeito passivo.....	369
4.2.2. Contribuição confederativa.....	371
4.2.3. Contribuição assistencial.....	371
4.3. Desconto no salário dos valores dos produtos adquiridos na empresa	372
4.22. Adicional de insalubridade	373
1. Introdução	374
2. Atividade insalubre	374
2.1. Atividades que não geram o direito ao percentual de insalubridade.....	384
2.1.1. Quem está manuseando produtos de limpeza de uso doméstico.....	384
2.1.2. Simples umidade	386
2.1.3. Contato com jovens infratores no centro de atendimento socioeducativo.....	388
2.1.4. Peso excessivo não gera insalubridade.....	389
2.1.5. As atividades dos vendedores farmacêuticos	389
2.1.6. A visita em residência pelo agente comunitário de saúde.....	391
2.1.7. Contato com cimento	392
2.1.8. Trabalho a céu aberto	393
2.1.9. Atividade com utilização constante de fones de ouvido.....	394
2.1.10. Atividade de atendente em creche	395
3. Proibição de trabalhar em área insalubre	396
3.1. Trabalhador com menos de 18 anos	396
3.2. Empregada gestante.....	396
3.3. Empregado que trabalha realizando horas extras	397
4. O recebimento do adicional não gera direito adquirido.....	397
4.1. Fornecimento de EPI pela empresa.....	398
5. Cumulação com adicional de periculosidade.....	400

6. Bases para cálculo do adicional de insalubridade.....	402
7. Base de cálculo para as horas extras	408
8. Empregado que trabalhar com mais de um agente insalubre não pode cumular os percentuais da insalubridade	408
9. Agente insalubre diverso do apontado na inicial.....	409
4.23. Adicional de periculosidade.....	409
1. Introdução.....	410
2. Periculosidade segundo a jurisprudência do TST	412
3. Não tem direito ao adicional de periculosidade.....	421
3.1. Quem está em contato eventual com explosivos, inflamáveis ou demais agentes	421
3.2. Os tripulantes e demais empregados em serviços auxiliares de transporte aéreo que, no momento do abastecimento da aeronave, permanecem a bordo.....	421
3.3. Vigia	421
3.4. Quem está de sobreaviso	422
3.5. O acompanhamento de abastecimento pelo motorista.....	422
3.6. O trabalho em recinto fechado com inflamáveis em recipiente inferior a 250 litros	423
3.7. O armazenamento de líquido inflamável em tanques que estão situados em construção anexa.....	425
4. Cumulação com adicional de insalubridade.....	426
5. Bases para cálculo.....	428
4.24. Acúmulo de função.....	430
1. Acúmulo de funções ≠ equiparação salarial ≠ desvio de função.....	431
2. Acúmulo de função	432
2.1. Análise de casos práticos.....	434
2.1.1. Bancário x transporte de valores	434
2.1.2. Motorista x cobrador de ônibus.....	435
3. Desvio de função.....	436
4.25. Equiparação salarial	437
1. Introdução	438
2. Requisitos	439
2.1. Identidade de função	439
2.1.1. Função ≠ tarefa	439
2.1.2. Cabe equiparação de trabalho intelectual.....	439
2.2. Identidade de empregador.....	440
2.3. Simultaneidade	440
2.4. Tempo de serviço e na função.....	441
2.5. Inexistência de quadro de carreira e plano de cargos e salários.....	441
2.6. Paradigma não pode ser readaptado.....	442
2.7. Mesma perfeição técnica	442

3.2.2.2.8.1.7. Emissão da CAT gera aumento da contribuição previdenciária	472
3.2.2.2.8.1.8. CAT X NTEP - Nexo técnico epidemiológico	473
3.2.2.2.8.1.9. Ausência de CAT X Estabilidade	473
3.2.2.2.9. Assédio moral	474
3.2.2.2.10. Promessa de contratação frustrada	475
3.2.2.2.11. Dispensa discriminatória	478
3.2.2.2.11.1. Dispensa discriminatória no Direito do Trabalho segundo a legislação e a jurisprudência	478
3.2.2.2.11.2. Rol exemplificativo do art. 1º da Lei 9.029/95	479
3.2.2.2.11.3. Exemplos de dispensa discriminatória segundo o TST	480
3.2.2.2.11.4. Exemplos de dispensa que não são discriminatórias segundo a jurisprudência	507
3.2.2.2.11.5. Pedido de reintegração nos casos dispensa discriminatória	513
3.2.2.2.11.6. Ônus da prova na dispensa discriminatória	515
3.2.2.2.12. Prejuízo de afeição	515
3.2.2.2.12.1. Conceito	515
3.2.2.2.12.2. Cabimento	515
3.2.2.2.12.3. Legitimidade para solicitar o dano	515
3.2.2.2.13. Registro do atestado médico na CTPS	520
3.2.2.2.13.1. Recusa do atestado médico emitido por médicos não conveniados	527
3.2.2.2.14. Limbo previdenciário	529
3.2.2.2.15. Apropriação indébita previdenciária	532
3.2.2.2.16. Ócio remunerado	533
3.2.2.3. Alguns exemplos de atos que não geram danos morais	535
3.2.2.3.1. Direito de imagem - uso de uniforme com logomarcas de fornecedores e propaganda de produtos	535
3.2.2.3.2. Revista em pertences de empregados de modos moderados	536
3.2.2.3.3. Ausência ou atraso na quitação das verbas rescisórias	538
3.2.2.3.3.1. Atraso do último salário	541
3.2.2.3.4. Monitoramento de e-mail corporativo	542
3.2.2.4. Arbitramento do valor do dano moral	543
3.2.2.5. Cumulação do dano moral e do dano material	544
3.2.3. Dano estético	545
3.2.3.1. Cumulação do dano moral e do dano estético	546
3.3. Nexo causal	547
3.4. Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho	548
3.4.1. Introdução	548
3.4.2. LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista	549
3.4.3. Conceitos importantes da LGPD	549

3.4.4.	Parâmetros para o tratamento dos dados pessoais.....	550
3.4.5.	Bases de tratamento de dados na LGPD.....	551
3.4.6.	Princípio da LGPD	552
3.4.7.	Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho	553
4.	Responsabilidade objetiva	554
4.27.	Reintegração – pessoa com deficiência	555
1.	Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada	555
4.28.	Reintegração no emprego – estabilidade acidentária.....	555
1.	Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada	556
4.29.	Reintegração no emprego – estabilidade gravídica	556
1.	Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada	556
4.30.	Reintegração no emprego – estabilidade do dirigente sindical	556
1.	Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada	557
4.31.	Indenização substitutiva da reintegração.....	557
1.	Introdução	557
2.	Estabilidade	557
2.1.	Estabilidade decenal	558
2.2.	Estabilidade do servidor público celetista.....	559
2.2.1.	Quem possui estabilidade do art. 41 da CF/88	560
2.2.2.	Quem não possui estabilidade do art. 41 da CF/88.....	560
2.2.2.1.	Necessidade de motivação (princípio da motivação).....	560
2.2.3.	Empregados de conselho regional – Ausência de estabilidade	562
2.2.4.	Ausência de garantia de emprego nos contratos nulos com a Administração Pública	563
3.	Estabilidade provisória	564
3.1.	Estabilidade acidentária.....	564
3.1.1.	Conceito de acidente do trabalho	565
3.1.1.1.	Acidente típico.....	565
3.1.1.2.	Doenças ocupacionais	565
3.1.2.	Pressupostos da estabilidade acidentária.....	568
3.1.2.1.	Concausa x estabilidade	569
3.1.3.	Acidente no contrato de experiência.....	570
3.1.4.	Acidente no curso do aviso prévio indenizado	571
3.1.5.	Estabilidade provisória x encerramento das atividades da empresa	571
3.1.6.	Segundo emprego x Estabilidade acidentária	572
3.1.7.	Necessidade de inquérito judicial	573
3.2.	Dirigente sindical.....	573
3.2.1.	Dirigentes das Centrais Sindicais.....	574
3.2.2.	Registro do sindicato.....	575

3.2.3.	Comunicação do empregador	576
3.2.4.	Limitação ao número de dirigente e suplentes.....	576
3.2.5.	Categoria diferenciada	576
3.2.6.	Extinção da empresa.....	577
3.2.7.	Registro da candidatura no aviso prévio.....	578
3.2.8.	Transferência do empregado	578
3.2.9.	Necessidade de inquérito judicial para despedida por justa causa.....	579
3.2.10.	Quem não tem estabilidade	579
3.2.10.1.	Membro do Conselho Fiscal	579
3.2.10.2.	Delegado sindical	580
3.2.10.3.	Quem foi contratado para exercer função de confiança	580
3.3.	Cipeiro	580
3.3.1.	Representante do empregador na CIPA possui estabilidade?	581
3.3.2.	Suplente possui estabilidade?	582
3.3.3.	Extinção do estabelecimento.....	582
3.3.4.	Possibilidades de demissão do empregado cipeiro	583
3.3.5.	Necessidade de inquérito judicial	583
3.4.	Empregada gestante.....	584
3.4.1.	Desconhecimento do estado gravídico	585
3.4.2.	Garantia de emprego no contrato de experiência	586
3.4.2.1.	Garantia de emprego temporário regido pela Lei 6.019/74.....	587
3.4.2.2.	Garantia de emprego nos cargos em comissão	588
3.4.3.	Renúncia ou transação	589
3.4.4.	Fechamento da empresa	589
3.4.5.	Novo emprego após a demissão x estabilidade	590
3.4.6.	Mulher ou homem adotante – guarda provisória.....	592
3.4.7.	Aborto espontâneo x estabilidade.....	594
3.4.8.	Pedido de demissão x estabilidade	595
3.4.9.	Concepção ocorrida antes do início do contrato	597
3.4.10.	Estabilidade para quem detiver guarda do filho em caso de falecimento da genitora.....	598
3.4.11.	Necessidade de inquérito judicial?	598
3.4.12.	Período pré-eleitoral x estabilidade provisória	599
3.5.	Estabilidade do diretor de cooperativa	601
3.5.1.	O suplente do diretor de cooperativa tem estabilidade?	601
3.5.2.	Necessidade de inquérito judicial?	601
3.6.	Outras estabilidades provisórias no emprego.....	603
3.6.1.	Representante dos empregados no conselho curador do FGTS.....	603
3.6.2.	Representante dos empregados no Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS	603

3.6.3.	Empregados de empresas que aderirem ao PSE – Programa Seguro-Emprego	603
3.6.4.	Representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia	604
3.6.5.	Empregado reabilitado e empregado com deficiência	605
3.6.5.1	Danos morais coletivos pela ausência de cumprimento da cota de PDC.....	606
3.6.6.	Comissão de representantes dos empregados	610
4.	Reintegração dos empregados demitidos	610
5.	Prazo para ajuizamento da ação	614
6.	Pedido de demissão do empregado estável	615
7.	Tutela provisória de urgência de natureza antecipada	615
4.32.	Salário-família	616
1.	Introdução	616
4.33.	Do pedido.....	617
4.34.	Formas de rescisão do contrato de trabalho	618
1.	Despedida sem justa causa	618
1.1.	Recontratação do empregado demitido	618
1.2.	Impossibilidade de demissão sem justa causa no período de 30 (trinta) dias que antecede a data-base da categoria	620
1.3.	Verbas devidas na dispensa sem justa causa	621
2.	Pedido de demissão.....	622
2.1.	Cláusula de permanência	622
2.2.	Conversão do pedido de demissão em rescisão indireta.....	624
2.3.	Pedido de demissão X Estabilidade no emprego.....	627
2.4.	Verbas devidas no pedido de demissão	628
3.	Despedida com justa causa	629
3.1.	Ônus da prova na dispensa por justa causa	630
3.2.	Elementos da justa causa	631
3.2.1.	Imediatividade.....	631
3.2.2.	Perdão tácito.....	633
3.2.3.	<i>Non bis in idem</i>	633
3.2.4.	Ausência de discriminação.....	634
3.2.5.	Gradação da penalidade.....	635
3.2.6.	Relação entre a falta e o trabalho	636
3.2.7.	Gravidade.....	636
3.3.	Comunicação do motivo da justa causa	638
3.4.	Hipóteses de justa causa	638
3.4.1.	Ato de improbidade.....	638
3.4.2.	Incontinência de conduta ou mau procedimento	642
3.4.3.	Negociação habitual.....	644
3.4.4.	Condenação criminal	644

3.4.5.	Desídia.....	645
3.4.6.	Embriaguez.....	646
3.4.7.	Violação de segredo da empresa	648
3.4.8.	Indisciplina e insubordinação	649
3.4.9.	Abandono de emprego.....	650
3.4.9.1.	Publicação em jornal	651
3.4.10.	Ato lesivo da honra ou da boa fama e ofensas físicas.....	655
3.4.11.	Prática constante de jogos de azar	655
3.4.12.	Perda da habilitação profissional	656
3.4.13.	Declaração falsa para recebimento do vale-transporte ou o uso indevido gera justa causa?	656
3.5.	Justa causa no curso do auxílio-doença.....	658
3.6.	Procedimento interno x justa causa.....	660
3.7.	Greve e justa causa	661
3.8.	Pagamento da rescisão na justa causa.....	662
3.9.	Verbas devidas na dispensa por justa causa.....	662
3.10.	Reversão da justa causa.....	663
3.10.1.	Pedidos na reversão da justa causa.....	663
4.	Término do contrato a termo (prazo determinado).....	666
4.1.	Verbas devidas	666
5.	Rescisão indireta do contrato de trabalho	667
5.1.	Hipóteses de rescisão indireta.....	667
5.1.1.	Serviços superiores às suas forças.....	667
5.1.2.	Rigor excessivo	669
5.1.3.	Perigo manifesto de mal considerável.....	670
5.1.4.	Não cumprir o contrato de trabalho	670
5.1.4.1.	Mora salarial reiterada.....	671
5.1.4.2.	Ausência de depósitos do FGTS.....	672
5.1.5.	Ato lesivo da honra e boa fama.....	673
5.1.6.	Agressão física	673
5.1.7.	Redução do trabalho.....	673
5.2.	Nos casos de rescisão indireta, o empregado precisa continuar trabalhando após o proto- colo da ação?	674
5.3.	Verbas devidas na rescisão indireta do contrato de trabalho	675
6.	Aposentadoria espontânea	675
6.1.	Verbas devidas	676
7.	<i>Factum principis</i>	677
7.1.	Verbas devidas	678
8.	Extinção da empresa	678
8.1.	Verbas devidas	679

9. Dispensa coletiva	679
9.1. Verbas devidas	681
10. Culpa recíproca.....	682
10.1. Verbas devidas	683
11. Distrato – acordo entre empregado e empregador	683
11.1. Verbas devidas	684
12. Plano de demissão voluntária ou incentivada	685
12.1. Verbas devidas	688
13. Rescisão do contrato por força maior.....	689
13.1. Verbas devidas	689
2 CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO – Treinamento	691
1. Fundamento legal.....	691
2. Introdução	691
3. Cabimento	691
4. Ação de consignação – justa causa x ação de anulação de justa causa procedente = multa do art. 477,§ 8º da CLT.....	692
5. Pagamento de custas processuais	692
6. Protocolo da ação	693
7. Depósito do valor ou coisa	693
1. Cabeçalho da ação de consignação	693
2. Mérito	693
2.1. Do contrato de trabalho	693
2.2. Das verbas rescisórias	693
2.3. Aviso prévio	694
2.4. Saldo de salário	694
2.5. 13º salário.....	694
2.6. Férias +1/3.....	694
2.7. FGTS e seguro-desemprego	694
2.8. CTPS e celular	694
3. Pedido.....	694
3 INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE – Treinamento	697
1. Introdução.....	697
2. Prazo para ajuizamento do inquérito	697
3. Garantias de emprego que necessitam de inquérito judicial para rescindir o contrato por falta grave.....	699

4. Empregados portadores de estabilidade que não precisam do inquérito judicial para serem desligados por justa causa	700
5. Ajuizamento da ação para empregados que não necessitam de inquérito para serem dispensado por justa causa	703
6. Requisitos da ação de inquérito judicial para apuração de falta grave	703
7. Consequências pela improcedência da ação de inquérito judicial para apuração de falta grave	704
1. Cabeçalho da ação de inquérito para apuração de falta grave	705
2. Mérito	705
2.1. Do contrato de trabalho	705
3. Do interesse processual	705
4. Da tempestividade do inquérito	706
5. Do pedido	706
4 CONTESTAÇÃO – Treinamento	707
1. Cabeçalho da contestação	707
1. Introdução	707
2. Estruturação da contestação	708
3. Preliminares	708
3.1. Incompetência absoluta – contribuições previdenciárias	708
3.2. Inépcia da petição inicial – ausência de pedido	708
3.3. Inépcia da petição inicial – ausência de causa de pedir – indenização por danos morais	709
3.4. Inépcia da petição inicial – ausência de causa de pedir – sobreaviso	709
3.5. Inépcia da petição inicial – ausência de causa de pedir e pedido	709
1. Preliminares	709
1. Introdução	709
1.1. Inexistência ou nulidade da citação	710
1.2. Incompetência absoluta	711
1.2.1. Competência absoluta em razão da matéria e da pessoa	713
1.2.1.1. Competência da justiça do trabalho	713
1.2.1.1.1. Relação de trabalho	713
1.2.1.1.2. Relação de emprego	713
1.2.1.1.3. Entes de direito público externo	713
1.2.1.1.4. Empresas que decretaram falência	715
1.2.1.1.5. A justiça do trabalho não terá competência para analisar os seguintes processos	716
1.2.1.1.5.1. Servidor público estatutário X Administração Pública	716
1.2.1.1.5.1.1. Exceção – Competência da justiça do trabalho	716

1.2.1.1.6. Ação criminal	718
1.2.1.1.7. Ação de cobrança de honorários advocatícios contratuais	718
1.2.1.1.8. Ações contra o organismo internacional.....	721
1.2.1.1.9. Ações de complementação de aposentadoria	721
1.2.1.1.9.1. Exceção – Competência da justiça do trabalho	723
1.2.1.1.10. Ações para autorização para participação de crianças e adolescentes em eventos artísticos.....	723
1.2.1.1.11. Ações que versam sobre o labor realizado pelo presidiário no cumprimento da pena	723
1.2.1.1.12. Dissídios coletivos de servidores celetistas da administração direta, autarquias e fundações de direito público.....	724
1.2.1.1.13. Ação civil pública para implementação de políticas públicas para erradicação do trabalho infantil.....	725
1.2.1.1.14. Ação Civil Pública para impor obrigação de não-fazer consistente na vedação ao Estado de firmar contrato de cogestão do sistema prisional estadual com empresa privada	725
1.2.1.2. Ações que envolvam exercício do direito de greve	726
1.2.1.3. Ações sindicais.....	728
1.2.1.4. Ações de mandados de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	729
1.2.1.5. Os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista	730
1.2.1.6. Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	731
1.2.1.7. Ações relativas às penalidades administrativas	732
1.2.1.8. Execução das contribuições sociais	733
1.2.1.8.1. Execução do INSS do pacto laboral	733
1.2.1.8.2. Execução do INSS - SAT - Seguro de Acidente de Trabalho	736
1.2.1.8.3. Execução do INSS de terceiros – Incompetência da Justiça do Trabalho	737
1.2.1.9. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho	737
1.2.1.9.1. Ações sobre cadastramento no PIS	737
1.2.1.9.2. Ações sobre quadro de carreira.....	737
1.2.1.9.3. Ações sobre seguro-desemprego.....	738
1.2.1.9.4. Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial	739
1.2.1.9.5. Direito Desportivo.....	740
1.3. Impugnação do valor da causa	741
1.4. Inépcia da petição inicial.....	742
1.4.1. Quando na peça inicial faltar pedido ou causa de pedir	742
1.4.2. Quando o pedido for indeterminado.....	743
1.4.3. Quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão	744
1.4.4. Quando a ação contiver pedidos incompatíveis entre si	744
1.5. Perempção trabalhista - Sanção processual: 6 meses sem propor qualquer ação.....	744
1.6. Litispendência e coisa julgada.....	746
1.6.1. Litispendência – ação individual X coletiva.....	747
1.7. Conexão e continência.....	748

1.8. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	748
1.9. Ausência de legitimidade ou de interesse processual	750
1.9.1. Interesse processual	750
1.9.2. Legitimidade das partes	751
1.9.2.1. Legitimidade do espólio	751
1.9.2.1.1. Representação do espólio em juízo	754
1.10. Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar	757
1.11. Convenção de arbitragem	758
3. Prejudicial de mérito	758
3.1. Prescrição bienal	758
3.2. Prescrição quinquenal parcial	758
3.3. Prescrição quinquenal total – alteração do contrato de trabalho	759
1. Conceito	759
2. Momento de arguição da prescrição	760
2.1. Prescrição de ofício no processo de conhecimento	762
3. Contagem do prazo prescricional	764
3.1. Início do prazo do dano pós-contratual	764
3.2. Termo final da prescrição que recai em dia não útil - prorrogação para o próximo dia útil	766
4. Prazos prescicionais	768
4.1. Prescrição bienal total	768
4.1.1. Ônus da alegação da prescrição é do empregador	769
4.1.2. Nulidade do aviso prévio influencia no início da contagem do prazo da prescrição	769
4.2. Prescrição quinquenal parcial	770
4.2.1. Prescrição do FGTS	772
4.3. Prescrição quinquenal total	773
4.4. Prescrição – empregado doméstico	774
5. Prescrição nas ações de danos morais por acidente do trabalho	775
5.1. Regra	775
5.2. Exceção	780
6. Causas que interferem na contagem do prazo da prescrição	781
6.1. Causa impeditiva da prescrição	781
6.1.1. Empregado com menos de 18 anos	781
6.1.2. Herdeiro com menos de 18 anos de idade	781
6.2. Causa suspensiva da prescrição	782
6.3. Causa interruptiva da prescrição	783
7. Outros temas sobre prescrição	786
7.1. Prescrição intercorrente	786
7.2. OJ 401 da SDI-1 do TST	786

7.3. Prescrição do empregado aposentado por invalidez ou afastado pelo auxílio-doença.....	787
7.4. Prescrição em ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.....	787
7.5. Prescrição das férias	789
4. Defesa de mérito	790
4.1. Gerente geral de agência bancária	790
1. Introdução	790
2. Cargo de confiança – gerente de agência x gerente geral de agência.....	791
3. Direito ao pagamento em dobro do RSR e feriados	791
4.2. Ausência de estabilidade do delegado sindical	792
1. Introdução	792
4.3. Equiparação salarial – paradigma readaptado	792
1. Introdução	793
4.4. Férias	793
1. Introdução	793
4.5. Estabilidade provisória do suplente de diretor de cooperativa	795
1. Introdução	795
4.6. Horas extras – trabalho externo.....	795
1. Introdução	796
4.7. Férias – afastamento pelo INSS superior a 6 meses	796
1. Introdução	797
4.8. Equiparação salarial	797
1. Introdução	798
4.9. Vale-transporte	798
1. Introdução	799
4.10. Danos morais – revista íntima em pertences – indevido	800
1. Introdução	800
4.11. Danos morais – assédio moral.....	801
1. Introdução	801
4.12. Hora extra – turno ininterrupto de revezamento	801
1. Introdução	802
4.13. Hora extra – gerente geral de agência bancária	803
1. Introdução	803
4.14. Equiparação salarial	804
1. Introdução	804
4.15. Adicional de transferência	805

1. Introdução	805
2. Possibilidade de alteração.....	806
3. Transferência provisória por necessidade de serviço	807
3.1. Valor do adicional e duração do adicional.....	807
3.2. Quem tem direito	807
4. Quem não pode ser transferido.....	808
5. Direito de resistência	809
6. Despesas decorrentes da transferência	809
7. Transferência ao exterior.....	810
4.16. Devolução de desconto indevido.....	810
1. Introdução.....	811
2. Descontos permitidos.....	811
2.1. Desconto de INSS – Cota-parte do empregado	811
2.2. Desconto de IRRF – Cota-parte do empregado	812
2.3. Desconto referente ao empréstimo consignado	812
2.4. Desconto referente ao custeio do vale-transporte.....	813
2.5. Desconto referente ao custeio da alimentação	814
2.6. Desconto no salário por ato culposo do empregado	814
2.7. Desconto no salário por ato doloso do empregado	815
2.8. Desconto do valor de bens ou serviços colocados à disposição do empregado pelo próprio empregador	815
3. Valor do desconto no salário	816
4. Descontos não permitidos	816
4.1. Desconto por penalidade de multa	816
4.2. Contribuição sindical	816
4.2.1. Sujeitos passivos da contribuição.....	817
4.2.2. Valor da contribuição pelos empregados	817
4.2.3. Notificação pessoal do sujeito passivo	817
4.3. Contribuição confederativa.....	818
4.4. Contribuição assistencial.....	818
4.5. Desconto no salário dos valores dos produtos adquiridos na empresa	819
4.17. Multa do art. 477 da CLT	820
1. Introdução	820
4.18. Multa do art. 467 da CLT	820
1. Introdução	821
2. Finalidade da multa	821
3. Requisitos para incidir a multa.....	821
4. Contestação genérica	823
5. Incidência da multa sobre as seguintes verbas	824

6. Não incidência da multa sobre o FGTS 8%	825
7. Incidência nos casos de revelia	826
8. Não incidência nos casos de rescisão indireta	828
9. Não incidência nos casos de pedido de reversão da justa causa	829
10. Não incidência nos casos de pedido de reconhecimento de vínculo	831
11. Empresas que não pagam a multa mesmo as verbas estando incontroversas	832
12. Aplicação da multa do art. 467 da CLT de ofício pelo magistrado	834
13. Pedido da multa do art. 467 da CLT de forma ilíquida	835
4.19. Periculosidade	838
1. Introdução	838
4.20. Reintegração	838
1. Introdução	839
4.21. Hora extra com adicional de 50%	840
1. Introdução	840
4.22. Vale-transporte	841
1. Introdução	841
4.23. Vale-cultura – integração no salário	842
1. Introdução	842
4.24. Atestado Médico	842
1. Atestado médico	842
1.1. Conceito	842
1.2. Prazo para entrega do atestado	843
1.3. Uso indevido do atestado	844
1.4. Recusa do atestado médico	846
1.5. Impossibilidade de registro do atestado médico na CTPS	850
1.6. Atestado médico falso x justa causa	857
1.7. Atestado médico rasurado adulterado x justa causa	859
1.8. Impossibilidade de recusa do atestado médico pela ausência do CID	860
2. Atestado de comparecimento	863
2.1. Conceito	863
2.2. Esse atestado abona falta do empregado	863
3. Atestado de acompanhamento	863
3.1. Conceito	863
3.2. Abono da falta	864
5. Reconvenção	866
1. Introdução	866
6. Requerimento final	870

5	RECURSO ORDINÁRIO – Treinamento.....	871
1.	Conceito	871
2.	Princípios.....	871
2.1.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	871
2.2.	Primazia do julgamento do mérito	872
3.	Juízo de admissibilidade do recurso	874
3.1.	1º juízo de admissibilidade.....	874
3.2.	Juízo de admissibilidade	874
3.2.1.	Poderes do relator	874
4.	Pressupostos recursais genéricos.....	875
4.1.	Pressupostos intrínsecos – subjetivos	875
4.1.1.	Legitimidade para recorrer.....	875
4.1.2.	Interesse recursal.....	875
4.1.3.	Capacidade.....	875
4.2.	Extrínsecos ou objetivos	875
4.2.1.	Preparo	876
4.2.1.1.	Custas	876
4.2.2.	Depósito recursal	876
4.2.2.1.	Quem pode pagar 50% do valor do depósito recursal	877
4.2.2.2.	Substituição do depósito recursal	877
4.2.2.2.1.	Acréscimo de 30%	880
4.2.2.3.	Forma de pagamento do depósito recursal.....	882
4.2.2.4.	Limite do depósito recursal	882
4.2.2.5.	Aproveitamento do depósito recursal.....	882
4.2.3.	Isentos do pagamento do preparo	883
4.2.3.1.	Ministério Público do Trabalho	883
4.2.3.2.	Massa falida e a empresa em recuperação judicial.....	883
4.2.3.3.	Entidades fiscalizadoras do exercício profissional.....	884
4.2.3.4.	Beneficiários da justiça gratuita.....	885
4.2.3.5.	Quem tem direito à justiça gratuita?.....	885
4.2.3.5.1.	Qual é o momento em que deverá ser formulado o pedido de justiça gratuita?	885
4.2.3.5.2.	Prazo para pagamento do preparo	886
4.2.4.	Recurso feito por advogado	887
4.2.5.	Tempestividade	887
4.2.5.1.	Regra dos prazos	887
4.2.5.2.	Exceção	887
4.2.5.2.1.	Embargos de declaração – 5 dias	887
4.2.5.2.2.	Pedido de revisão do valor da causa – 48 horas.....	887
4.2.5.2.3.	Recurso extraordinário – 15 dias	888
4.2.5.3.	Início do prazo recursal.....	888

4.2.5.3.1. Início da contagem do prazo	888
4.2.5.3.2. Intimação ou publicação na sexta.....	888
4.2.5.3.3. Intimação no sábado	889
4.2.5.3.4. Publicação eletrônica.....	889
4.2.5.3.5. Intimações por meio eletrônico em portal próprio.....	889
4.2.5.3.6. Suspensão do prazo recursal	889
4.2.5.3.7. Interrupção do prazo recursal.....	890
4.2.5.3.8. Prazo em dobro	890
4.2.5.3.8.1. Não possui prazo em dobro	890
5. Efeitos dos recursos.....	891
5.1. Devolutivo	891
5.2. Suspensivo	891
6. Recurso adesivo	892
7. Recurso ordinário.....	892
7.1. Hipóteses de cabimento.....	892
7.1.1. Hipótese 01	892
7.1.2. Hipótese 02	892
7.1.3. Hipótese 03	893
7.1.4. Hipótese 04	893
7.1.5. Hipótese 05	893
1. Peça de interposição	894
2. Razões do recurso ordinário	894
3. Requisitos de admissibilidade.....	895
4. Preliminares	895
4.1. De cerceamento do direito de defesa	895
1. Introdução	895
2. Protesto em audiência.....	896
3. Indeferimento da oitiva de testemunha por ausência de documento de identidade	897
4. Alegações do cerceamento de defesa em contrarrazões do recurso ordinário	898
5. Alegações de prescrição em contrarrazões	899
4.2. Incompetência absoluta	900
1. Introdução	900
5. Prejudicial de mérito	901
5.1. Prescrição quinquenal	901
1. Introdução.....	901
6. Mérito	902
6.1. Hora extra	902
1. Introdução.....	902

6.2. Complementação de aposentadoria – alteração	902
1. Introdução	903
2. Alteração do regulamento da empresa	903
3. Competência do juiz do trabalho para processar e julgar as ações de complementação de aposentadoria.....	904
3.1. Competência da justiça do trabalho – paga diretamente pelo empregador	904
3.2. Competência da justiça comum – paga pela entidade de previdência privada.....	904
6.3. Diferença da prontidão	905
1. Introdução	905
6.4. Aplicação do art. 940 do CC	906
1. Introdução	906
6.5. Prescrição de ofício	909
1. Introdução	909
6.6. Adicional de insalubridade	910
1. Introdução	911
2. Agente insalubre diverso do apontado na inicial.....	911
6.7. Anotação de dispensa na CTPS	912
1. Introdução	912
2. Baixa na CTPS e projeção do aviso prévio indenizado	912
6.8. Dano moral – revista íntima	913
1. Introdução	914
2. Revista efetuada em pertences do empregado.....	915
6.9. Juros e correção monetária	916
1. Introdução	916
2. Princípio da extrapetição (pedido implícito)	917
3. Juros de mora e correção monetária.....	918
6.10. Revelia e confissão quanto à matéria de fato.....	918
1. Introdução	918
2. Revelia	918
3. Confissão ficta.....	919
4. Carta de preposto	920
5. Atraso na audiência das partes – tolerância?.....	922
5.1. Algumas considerações sobre o sistema de precedentes.....	924
6.11. Responsabilidade subsidiária da segunda ré.....	928
1. Introdução	929
6.12. Adicional de insalubridade	929
1. Introdução	930

6.13. Correção monetária dos salários	931
1. Introdução	931
2. Alteração da data de pagamento do salário	932
3. Índice utilizado para atualização	932
6.14. Hora intrajornada.....	934
1. Introdução	934
2. Intervalo não concedido	934
7. Do pedido	935
6 CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO – Treinamento.....	937
1. Introdução	937
2. Prazo	937
3. Juízo competente para receber as contrarrazões	937
1. Peça de interposição	937
2. Razões	938
3. Requerimentos preliminares	938
3.1. Intempestividade do recurso.....	938
3.2. Cerceamento do direito de defesa.....	938
1. Introdução	939
2. Prova pericial – indeferimento	939
3. Prova testemunhal – indeferimento	940
4. Cerceamento de defesa	942
5. Alegações do cerceamento de defesa em contrarrazões do recurso ordinário	942
4. Mérito	943
4.1. Categoria diferenciada – diferenças salariais	943
1. Introdução	943
2. Definição do enquadramento sindical x aplicação de normas coletivas.....	944
3. Estabilidade x categoria diferenciada	946
4.2. Hora extra	946
1. Introdução	946
4.3. Salário <i>in natura</i>	946
1. Introdução	947
2. Requisitos para caracterização do salário <i>in natura</i>	947
4.4. Diária para viagem	947
1. Introdução	948
4.5. Equiparação salarial	948

1. Introdução	948
5. Requerimentos finais	949
7 EMBARGOS À EXECUÇÃO – Treinamento	951
1. Introdução	951
1. Cabeçalho	952
2. Tempestividade e garantia da execução	952
3. Teses de defesa	952
3.1. Prescrição intercorrente	952
1. Introdução	952
3.2. Bem de família	953
1. Introdução	953
2. Penhora de vaga de garagem	955
3. Imóvel locado para terceiro	955
4. Momento para arguir a impenhorabilidade do bem de família.....	956
3.3. Correção monetária.....	957
1. Introdução	957
2. Momento de aplicação da correção monetária – verbas trabalhistas.....	959
3. Momento de aplicação da atualização monetária no dano moral	960
4. Juros de mora.....	960
3.4. Multa do art. 523,§ 1º do CPC	960
1. Introdução	961
4. Do pedido	962
1. Introdução	962
2. Fonte subsidiária	962
2.1. Multa do art. 523 do CPC.....	963
3. Títulos executivos	963
4. Início da execução	963
5. Liquidação de sentença.....	964
5.1. Métodos	964
5.2. Respeito a coisa julgada	964
5.3. Aplicação de correção monetária	964
5.4. Aplicação de juros	967
5.5. Manifestação das partes	967
5.5.1. Cabimento do Mandado de Segurança.....	968
5.6. Cálculos complexos.....	968
6. Mandado de penhora	969

6.1. Citação na execução	969
6.2. Requisitos da citação	969
6.3. Modo da citação	969
7. Meios indiretos de execução.....	969
8. Meio direto de execução.....	971
8.1. Penhora	971
8.1.1. Penhora nos bens do sócio	972
8.1.1.1. Conceito de desconsideração da personalidade jurídica	972
8.1.1.2. Consequência da desconsideração da personalidade jurídica	972
8.1.1.3. Previsão legal	972
8.1.1.4. Procedimento da desconsideração da personalidade jurídica	973
8.1.1.4.1. Primeiro deve ser instaurado um incidente, a requerimento da parte ou do Ministério Público	973
8.1.1.4.2. O incidente vai ocorrer nos próprios autos do Processo Judicial em que foi suscitado	973
8.1.1.4.3. Demonstração que a pessoa jurídica não possui bens suficientes para o pagamento da dívida	974
8.1.1.4.4. Citação do sócio para apresentar defesa.....	976
8.1.1.4.5. Suspensão do processo principal.....	977
8.1.1.4.6. Instrução processual do incidente	977
8.1.1.4.7. Decisão e recurso.....	977
8.1.1.4.8. Ausência de desconsideração e penhora de bens do sócio	978
8.1.1.5. Sócio oculto.....	979
8.1.1.5.1. Responsabilidade pelas dívidas trabalhistas do sócio oculto.....	980
8.1.1.5.2. Ônus da prova da condição de sócio oculto.....	981
8.1.1.5.3. Programa para o juízo da execução achar o sócio oculto.....	981
8.1.1.5.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	982
8.1.2. Penhora nos bens do sócio retirante	983
8.1.3. Ordem de preferência na penhora.....	984
8.1.4. Penhora de imóveis e veículos automotores.....	985
8.1.5. Penhora em outra cidade	985
8.1.6. Alienação antecipada dos bens	985
8.1.7. Penhora em execução provisória	986
8.2. Bens impenhoráveis	986
8.2.1. Possibilidade de penhora dos salários.....	988
8.2.1.1. Impossibilidade de penhora dos salários e aposentadoria quando o devedor recebe um salário-mínimo.....	991
9. Expropriação dos bens do devedor	996
9.1. Remição	996
9.2. Adjudicação.....	997
9.3. Alienação por hasta pública	997
9.3.1. Arrematação	998

8 AGRADO DE PETIÇÃO – Treinamento	999
1. Introdução	999
2. Prazo	1002
3. Requisitos	1002
Peça de interposição	1006
Razões	1006
I – Pressupostos de admissibilidade	1006
II – Mérito.....	1007
A) Correção monetária	1007
B) Incidência de INSS sobre o dano moral.....	1007
C) Aplicação da multa de 10% do §1º do art. 523 do CPC.....	1007
III – Do pedido.....	1008
OUTROS TEMAS RELEVANTES SOBRE DIREITO DO TRABALHO	1009
1. Fim do contrato de experiência x afastamento do trabalho por doença	1009
2. Suspensão do contrato de trabalho	1011
2.1. Introdução	1011
2.1. Impossibilidade de pedir auxílio alimentação durante a suspensão do contrato de trabalho.....	1011
2.2. Possibilidade de aplicação de justa causa nos casos de suspensão do contrato	1014
2.3. Possibilidade de solicitar a rescisão indireta nos casos de suspensão do contrato	1016
2.4. Ausência de obrigação de pagar o 13º salário durante a suspensão do contrato	1017
2.5. Perda das férias proporcionais em caso de afastamento pelo INSS em prazo superior a 6 meses	1018
2.6. Prazo prescricional contando durante a suspensão do contrato de trabalho.....	1019
BIBLIOGRAFIA.....	1021